



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

Em vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinco minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube no link: <https://www.youtube.com/live/f-wuc0ijBFE> e presencialmente na cidade de Governador Valadares/MG, teve início a 77ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo (CIF), constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 – ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PAUTAS DA PRESIDÊNCIA DO CIF	
1.1 Apresentação dos presentes	
Discussão	O Secretário Executivo, Renato Carvalho, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, após verificação do quórum para a abertura da reunião, consoante lista de presença anexa. Sérgio Augusto Domingues, Presidente Suplente, apresentou-se, agradeceu a participação de todos e autorizou que o Sr. Roberto, atingido, realizasse uma cerimônia. Em seguida, pediu a apresentação dos membros e convidados do CIF presentes, sendo: Margareth Saraiva, SEAMA/ES; Juliane Barroso, SETADES/ES; Antônio Carlos e Jadilson Gomes, membros atingidos/ES; e de forma virtual Agnes Soares, Ministério da Saúde; Carlos Júnior Loss, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Moara Giasson, Ministério do Meio Ambiente; Renato Teixeira Brandão, FEAM/MG; Renoir Savio Leite dos Santos, Secretaria Geral da Presidência da República; Thais Villas Boas, Comitê Pró-Rio Doce/MG. Renato Carvalho apresentou os Ofícios pautados e outros recebidos recentemente, tais como o Ofício da SEMAD que justifica a ausência presencial do membro Renato Teixeira Brandão, o Ofício da SEPLAG que justifica as ausências presenciais de Thais Villas Boas e Lorena Gontijo, bem como indica Luísa Lacerda para representar o Comitê Pró-Rio Doce/MG, o Ofício da Prefeitura de Mariana/MG que indica representante Sr. Amarildo Pereira de Souza para participação na Reunião Ordinária, e o Ofício da Prefeitura de Governador Valadares/MG, em que o Sr. Prefeito, André Merlo, indica a representante da Prefeitura de Governador Valadares/MG, Betina Tassis, toda documentação incluída no processo relativo aos documentos da 77ª Reunião Ordinária do CIF. Comunicou a abertura de inscrições para uso da palavra nos pontos de pauta e informou sobre a retificação da pauta, sugerindo a dispensa da leitura do documento, mencionando o pedido de inversão de pauta pelo Governo do Espírito Santo, para que a CT-PDCS fizesse a apresentação no início do segundo dia da reunião.
Ata da 76ª Reunião Ordinária	Aprovada.

Item 1 – ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PAUTAS DA PRESIDÊNCIA DO CIF	
1.2 Informes Gerais	
Discussão	O Secretário Executivo apresentou o Ofício RD nº 160/2024 – CORIDOCE, que trata da indicação dos membros do CIF representantes dos Municípios atingidos do Estado de Minas Gerais, com a inclusão de Samuel Lomas Santos na suplência de José Roberto Gariff Guimarães. Frisou que em breve será publicada uma Portaria com a formatação atual dos membros do CIF, assinada pelo Presidente do Ibama, Sr. Rodrigo Agostinho, justificando a ausência do Sr. Presidente na plenária em razão de outros compromissos com demandas ambientais, entre elas as queimadas no Pantanal, as enchentes no Rio Grande do Sul, além da greve nacional dos servidores do Ibama e ICMBio, prevista para será deflagrada no dia 01/07/2024, segunda-feira. Em seguida, informou sobre a realização da 10ª Reunião Extraordinária, ocorrida virtualmente no dia 21/06/2026, por meio de videoconferência e transmitida ao vivo na internet, que foi convocada em cumprimento de prazo judicial, para aprovação da Deliberação nº 792/2024, relativa à CT-Saúde. Comunicou que na 10ª Reunião Extraordinária houve discussão sobre as propostas de alteração do Regimento Interno do CIF e do Regimento Único das Câmaras Técnicas, salientando que foi registrado em ata o encaminhamento para inclusão de item extrapauta nesta Reunião Ordinária do CIF, referente à alteração da coordenação da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET), alterando o art. 35 do Regimento Único das CTs, cuja titularidade passou para o Estado de Minas Gerais, a primeira suplência ao Estado do Espírito Santo e a segunda suplência ao Município de Mariana/MG. Jadilson Gomes informou que não há óbice quanto à aprovação e solicitou que fosse registrado em ata o agradecimento à Ana Tristão e o ganho que a CT-ECLET teve com a entrada da Mariana Neves na coordenação, agradecendo o empenho de ambas. Foi realizada a leitura integral da minuta de deliberação, a qual foi aprovada. Adicionalmente, o Secretário Executivo ressaltou que as propostas de alteração dos Regimentos Único e das Câmaras Técnicas foram analisadas ponto a ponto, com a participação dos membros do CIF e das Secretarias Executivas Estaduais e dos coordenadores das CTs, obtendo-se consenso na maioria das alterações propostas nos documentos, sendo encaminhado Ofício-Circular para manifestação dos demais interessados no prazo de 30 dias. Explicou que possivelmente será convocada nova Reunião Extraordinária para tratar das novas contrapropostas recebidas e demais reanálises, e que as aprovações das alterações no Regimentos deverão ocorrer em futura Reunião Ordinária do Comitê. Adiante, foi tratada a Revisão Ordinária dos Programas do TTAC, prevista em pauta, e Sérgio Domingues, Presidente Suplente, reforçou a importância de que as Câmaras Técnicas desenvolvam ações integradas e recebam contribuições de outras CTs para que as iniciativas dos programas possam ser mais assertivas e transversais. Na sequência foram comunicados os últimos informes gerais extras, sendo discorrido que, no âmbito da ação judicial do Plano de Manejos e Rejeitos, houve pagamento de multa pela Fundação Renova, cujo valor de aproximadamente R\$60.000,00 (sessenta mil reais), já depositado previamente em juízo, foi recolhido para o Tesouro Único da União. O Secretário Executivo também informou a reestruturação interna que ocorreu no IBAMA, conforme Portaria nº 80/2024 publicada no D.O.U. do mesmo dia, que dispôs sobre transferência da Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional (DGInter), que inclui a SECEX/CIF, da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica (CGGE) da Presidência do IBAMA para a Diretoria de Qualidade Ambiental (DIQUA), o que possibilitará maior apoio técnico por parte dos analistas ambientais, sendo necessária a devida transição. Por fim, apresentou o Ofício da Fundação Renova FR 2024.1533, que motivou a retirada de pauta do item solicitado pela SECEX/MG, relativo à base integrada de segurança pública em Mariana/MG, em comum acordo entre os envolvidos. A Fundação Renova afirmou ter sido atendida e foi efetuada a assinatura do Termo de Acordo para repasse de recursos do Projeto de Implantação de referida base, aparentemente não havendo mais a necessidade de deliberação sobre o assunto.
Deliberação nº 793	Aprovada.

Item 2 - Secretaria Executiva do Estado do Espírito Santo (SECEX/ES)	
2.1. Prazo Adicional para Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários ao IEMA/ES (Deliberação nº 763/2024).	
Discussão	Margareth Saraiva, da SEAMA/ES, citando a Deliberação nº 763/2024, esclareceu sobre a finalização do ressarcimento ao IEMA/ES, atendendo aos critérios consensuados com a Fundação Renova. Destacou que o processo de ressarcimento deveria abranger todos os órgãos do Governo que participam do sistema CIF, mas a Fundação Renova tem um entendimento diferente, de que apenas os órgãos signatários do TTAC devem ser ressarcidos, apesar do Parecer da IAJ, no sentido de que o Sistema CIF inclui muitos outros órgãos. Informou que a Fundação Renova solicitou a prorrogação do prazo para 40 dias, conforme Ofício enviado à CT-EI e à SECEX/ES. Após discussão na CT e com o IEMA/ES, concluiu-se que os 40 dias deveriam ser contados a partir do dia 23/05/2024, já que o prazo original se encerrava em 22/05/2024. A deliberação concedeu, ainda, mais 15 dias corridos para que a Fundação Renova faça o ressarcimento ao IEMA/ES. Renato Carvalho informou que o Gabinete da Presidência do IBAMA demonstrou interesse em solicitar o ressarcimento.
Manifestação	Diego Pansini reforçou sobre o pedido da dilação de prazo, justificando a necessidade de aprovação interna da Fundação Renova. Para demais discussões, informou que a Fundação permanece aberta ao diálogo.
Encaminhamento E77-2.1.1	Margareth Saraiva, SEAMA/ES, solicitou uma reunião com o IAJ e as Secretarias Executivas dos Estados para retomar a discussão sobre a implementação do Parecer da IAJ e o diálogo com a governança da Fundação Renova.
Encaminhamento E77-2.1.2	O IBAMA também solicitará ressarcimento dos gastos públicos extraordinários relacionados à atuação no Sistema CIF, conforme previsto no parágrafo único da Cláusula 143 do TTAC.

Deliberação nº 794	Aprovada.
---------------------------	-----------

Item 3 - Ouvidoria Geral**3.1. Relato da Ouvidoria em devolutiva aos encaminhamentos da 75ª e da 76ª Reuniões Ordinárias do CIF.**

Discussão	<p>Pedro Strozenberg, Ouvidor-Geral previsto no TAC-Gov, informou que estava em reunião com o Conselho Curador, agendada para o mesmo dia e horário da reunião do CIF. Sergio Domingues ressaltou a importância da presença da Ouvidoria no CIF e solicitou que as agendas de reuniões do CIF e do Conselho Curador não coincidam, para que a Ouvidoria possa estar presente e proporcionar a escuta ativa e atenta aos atingidos. O Ouvidor apresentou o procedimento e o fluxo para o tratamento das demandas. Esclareceu que a maior parte das manifestações dos atingidos são coletivas, embora também haja o tratamento de manifestações individuais, cuja resposta tem sido mais demorada do que o previsto. Apresentou as principais manifestações presentes nas reuniões do CIF nos meses de abril e maio, destacando temas como o sul da Bahia, o pedido de Custeio para os atingidos, a retomada da CT-OS, a implantação da Deliberação nº 58/2017 e temas relacionados aos povos originários e tradicionais. Informou que a Ouvidoria esteve nas novas área capixabas colhendo informações complementares para atuar junto à Governança da Fundação Renova, com agendas voltadas para os atingidos. Comunicou que as tratativas dos meses de abril e maio estão registradas e em andamento, embora alguns casos ainda precisem de devolutivas.</p> <p>Joeci Lopes manifestou que a Ouvidoria esteve no território e demonstrou preocupação quanto a atuação irrestrita de advogados que abordam os atingidos para representá-los. Declarou que os atingidos não desejam ser representados, pois já se organizaram. Valeriana Souza se manifestou sobre o pedido de custeio para os atingidos, o direito de cada atingido de representar o seu território e a participação nas Câmaras Técnica. Reginaldo Nascimento solicitou que a Ouvidoria visite o Sul da Bahia e leu o retorno da Ouvidoria da reunião de Vitória/ES, que informou que o CIF entrará em contato com as instituições de Justiça para um posicionamento oficial. Sergio Domingues enfatizou a importância das manifestações do sul da Bahia e informou que é necessária uma reunião à parte sobre o tema. Enéas Ferreira informou que a Ouvidoria compareceu ao território de Conceição da Barra/ES, sendo recebida pelas lideranças locais, e comunicou sobre o erro ocorrido no cadastro dos atingidos, solicitando auxílio financeiro aos pescadores. Thiago Ferreira questionou a Ouvidoria sobre informações mais detalhadas referentes ao grupo técnico de trabalho para o reconhecimento do sul da Bahia como impactado.</p>
Encaminhamento E77-3.1	Juliane Barroso sugeriu uma reunião no âmbito da CT-PDCS para contribuir com a Ouvidoria.

4. Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas

Discussão	<p>Lanla Maria de Almeida destacou a importância do custeio para os atingidos, mencionou o prejuízo causado pelo novo sistema que não conseguiu ser implementado e a urgência do encontro das Bacias. Ageu José Pinto informou sobre a contaminação do Rio de Governador Valadares/MG e pediu ações da Fundação Renova em relação à situação do rio. Creuza Maria Magri relatou a situação da população ribeirinha e os prejuízos em sua casa devido às enchentes, mencionando suposta contaminação da água potável. Joeci Lopes solicitou o cumprimento das últimas decisões do juiz em relação às indenizações de lucro cessante e das deliberações do CIF, pedindo a atuação da Fundação Renova em Governador Valadares/MG. Derly Gonçalves reclamou sobre o local da reunião, enfatizando que deveria ser em um espaço maior, e informou sobre o auxílio financeiro que a Fundação Renova não está providenciando os pagamentos. Benilde Madeira questionou sobre a questão do cadastro e pediu uma atuação mais eficiente da Fundação Renova em relação ao auxílio financeiro. Luiz Carlos Peixoto solicitou a marcação de reunião do CIF com representantes do sul da Bahia, alegando suposta proibição de participação na reunião da CT-IPCT. Vanessa Guimarães reclamou que o espaço do evento era pequeno e pediu maior tempo de fala na pauta. Reivindicou assento no CIF para as Assessorias Técnicas e para os atingidos pescadores. Dilma de Sousa manifestou sobre a reparação de danos, a transparência na construção e preservação da Praça Getúlio Vargas, em Governador Valadares/MG, por ser de grande importância para a população e solicitou a revisão sobre a construção de CIT. Josival da Silva informou que recebeu ligação da Fundação Renova informando que o extremo sul da Bahia não foi atingido. Solicitou que a Fundação Renova visite os territórios para verificar se a região foi ou não atingida. Wanderson Leite reiterou sobre a informação da Renova de que a região sul da Bahia não é reconhecida e pediu justiça para que haja reconhecimento. Reginaldo Nascimento mencionou a Deliberação nº 58, referente ao reconhecimento de novos territórios atingidos, e afirmou que a Deliberação nº 767 deveria ser estendida para o sul da Bahia. Wilson Luiz da Conceição solicitou que os membros do CIF analisem a situação do extremo sul da Bahia e relatou sobre a situação dos pescadores que estão enfrentando dificuldades por não conseguirem vender o pescado. Rosalia da Silva pediu urgência para o reconhecimento do sul da Bahia. Edimar dos Santos pediu o reconhecimento do sul da Bahia e explicou o prejuízo que a região está enfrentando, pois há dificuldade de venda dos peixes. João de Jesus Oliveira relatou sobre a falta de turismo em Nova Viçosa/BA e solicitou indenização para os pescadores. Roseano Ferreira informou sobre a situação dos pescadores e que os peixes do extremo sul da Bahia. Benedito Gonçalves Barreto relatou sobre a situação da população que aguarda a indenização e pediu providências sobre a Bacia do Rio Doce. Vanilda Souza relatou sobre o problema de moradia no Rio Doce, onde a Fundação Renova está atuando, mas não está contemplando devidamente os atingidos. Informou sobre o Novel e que os povos tradicionais não são aprovados nos critérios para receber o benefício. Jadir dos Santos enfatizou os problemas da Bacia do Rio Doce e solicitou providências. Maria das Graças Bento relatou que o cartão emergencial deve contemplar todos os atingidos e reivindicou a repactuação com a participação dos atingidos. Francisca de Melo informou sobre as reivindicações relativas à verba para as ilhas do Rio Doce, pois até o momento nenhuma ação foi realizada, sendo distribuído um galão de água por semana, reivindicando uma solução imediata. Raimundo Ribeiro Filho relatou sobre os rejeitos presentes no Rio Doce e alertou para futuros casos de enchentes. Efigênia Ramos relatou as doenças familiares e informou que não solicitou indenização via Novel, relatando a dificuldade em acessar o portal, no qual consta apenas que a documentação está em análise. Leticia de Faria informou que os atingidos vieram para reforçar que não desistiram de seus direitos e exigem que a repactuação seja feita com a participação dos atingidos.</p>
------------------	--

Às doze horas e quarenta minutos a reunião foi suspensa para almoço, sendo retomada às quatorze horas e quinze minutos.

Item 5 – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA).**5.1. Análise de pleito do Município de Marilândia/ES (PG-31).**

Discussão	Ikary Nascimento, coordenadora da CT-SHQA, realizou a apresentação da pauta, contextualizando o PG-31 e o novo pleito do Município de Marilândia/ES. Este pleito engloba as obras de melhoria e de ampliação do sistema de esgotamento sanitário da localidade de São Marco, em Marilândia. Além disso, trata da aplicação do sistema de coleta e tratamento de esgoto da sede municipal de Ipatinga/MG, implementado com recursos do PG-31, nos bairros de Horto, Vila Celeste, Granjas Vaga-lume, Limoeiro e Avenida Manaain. A avaliação realizada pela CT-SHQA se restringiu à análise da adequação do pleito ao escopo do PG-31 e à Cláusula 169 do TTAC, bem como da adequação dos recursos financeiros solicitados ao valor limite disponibilizado para o município/consórcio. A análise considerou que o valor pleiteado atende ao limite alocado para ações em resíduos sólidos, em conformidade com a Deliberação nº 43 e demais remanejamentos aprovados anteriormente. O Item 5.2 está contemplado na Deliberação nº 795.
Deliberação nº 795	Aprovada.

Item 5 – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA).**5.2. Análise de pleito do Município de Ipatinga/MG (PG-31).**

Discussão	Os itens 5.1 e 5.2 foram apresentados em conjunto pela Coordenadora da CT-SHQA, sendo que a Deliberação nº 795 trata dos pleitos de ambos os Municípios, Marilândia/ES e Ipatinga/MG, no âmbito do PG-31.
------------------	---

Item 6 – Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-INFRA)**6.1. Encerramento das alíneas "a" e "k" da Cláusula 84 do TTAC (PG-10).**

Discussão	<p>Juliana Medeiros, coordenadora da CT-INFRA, realizou a apresentação sobre o encerramento das alíneas "a" e "k" da Cláusula 84 do TTAC, referente às ações reparatórias para o restabelecimento de acessos e para a recuperação e reforma das vias de acesso impactadas pelo evento. Informou que a auditoria externa, Ernst & Young, avaliou e concordou com o encerramento, mantendo a premissa de que a Fundação Renova deve realizar a manutenção dessas vias.</p> <p>Aberta a fala para os inscritos, Rômulo Bones destacou que o desastre atingiu toda a extensão do Município de Barra Longa e que a situação das residências é grave, informando que, nas reuniões da CT-INFRA, foram apresentadas demandas para que analisassem o reassentamento devido à reforma das moradias, pelo PG-10, a qual foi realizada de maneira inadequada, resultando em residências com trincas e rachaduras, condenadas pela Defesa Civil. Rômulo relatou, também, situações referentes à participação dos membros atingidos na Reunião Ordinária da CT-INFRA, em que foi pedido a alteração na ata. Ele ainda relatou que há um campo sendo reconstruído sobre os rejeitos e que a comunidade realizou manifestações pacíficas contra a construção. Renato Carvalho informou que ele e o Presidente Suplente averiguaram a situação do município de Barra Longa/MG no início do mês. Sérgio Domingues informou a realização de visita técnica à Barra</p>
------------------	--

	<p>Longa e a situação precária em que o Município se encontra. Esclareceu que, em reuniões com a presidência da Fundação Renova e a Ouvidoria, expuseram a situação de Barra Longa e solicitaram iniciativas urgentes na cidade, que teve a sede municipal diretamente atingida. Simone Silva manifestou que, na última reunião da CT-INFRA em Barra Longa/MG, foi levada a demanda dos atingidos sobre a situação da quadra e do campo, que está sendo construído sobre rejeitos e que o registro da fala dos atingidos não foi contemplado integralmente na ata. Sérgio Domingues solicitou que a coordenação da CT-INFRA registrasse de modo formal a resposta à atingida, referente à confecção da ata. Igor Dantas Rocha explicou que sua mãe e outras pessoas da comunidade apresentam doenças aparentemente ligadas ao desastre, expondo que representa os jovens da cidade de Barra Longa/MG e informou que as três escolas foram atingidas e que não há programas para os jovens que buscam qualificação profissional. Reivindicou maior visibilidade para a pauta dos jovens do território. Márcia Silva, via plataforma Teams, esclareceu que é membra atingida da CT-INFRA e enfatizou que a ata da última Reunião Ordinária não contemplou a fala dos atingidos. Solicitou o reassentamento devido à situação das residências do município e ações da Fundação Renova. Juliana Medeiros, coordenadora da CT-INFRA, explicou a situação da quadra e do campo, mencionando que foi uma negociação direta e bilateral entre a Prefeitura e a Fundação Renova, com acordo devidamente assinado, impossibilitando a ação da CT. Esclareceu sobre o ocorrido na última reunião da CT, referente à fala dos atingidos.</p> <p>Thays Coutinho, representante da Ernest & Young, esclareceu que foi realizada a análise dos acessos referente às aléneas, com constatação que as vias estão trafegáveis, declarando que a Fundação Renova deve permanecer com ações de manutenção. Jadilson Gomes, membro atingido, sugeriu um mecanismo de encerramento de aléneas dentro da CT-INFRA, com o agrupamento de aléneas que precisam ser encerradas. Pediu vistas para melhor análise e entendimento dos relatórios apresentados relativos ao encerramento das aléneas, comprometendo-se a dar um retorno ainda nesta reunião. Assim, a votação da minuta de deliberação foi suspensa, com continuidade da pauta da CT-Saúde. Após a análise mais detalhada, o membro atingido declarou que retiraria o pedido de vista, para realização da votação do texto a ser deliberado.</p>
Manifestação	Carlos Sena, representante da Fundação Renova, apontou que a alínea "o" não será encerrada, a qual trata do processo de manutenção, e esclareceu sobre a dificuldade de encerramento de aléneas em bloco, devido aos trâmites dos processos de validação da Auditoria Externa.
Deliberação nº 798	Aprovada.

Item 7 – Câmara Técnica de Saúde (CT-SAÚDE)	
7.1. Plano de Ação de Saúde do Município de Serra/ES.	
Discussão	<p>Sérgio Rossi, membro da CT-SAÚDE, informou que a apresentação será realizada por Alexandre Portin, sobre o Plano de Ação do Município de Serra/ES para o gerenciamento de ações de recuperação à saúde decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. Alexandre Portin faz um breve contexto sobre a rede de serviços do município. Apresentou o Plano, que contemplou o mapeamento dos problemas, análise documental, avaliação de impactos à saúde dos pescadores e quadro orçamentário. Informou que o Plano deverá ser atualizado, mediante a concordância do CIF, ao longo da execução do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, conforme disposto no TTAC.</p> <p>Fabrizio Zaroni solicitou a aprovação do plano de saúde para a comunidade de Serra/ES. Sérgio Rossi, membro da CT-SAÚDE, reforçou e parabenizou a apresentação e estruturação do Plano, destacando que não há óbices em relação à aprovação dos planos. Ressaltou que os questionamentos levantados pela Fundação Renova são mais questões gerenciais e operacionais do Plano, os quais, após aprovado o Plano, seguirão o rito para a execução.</p>
Deliberação nº 796	Aprovada.

Item 7 – Câmara Técnica de Saúde (CT-SAÚDE)	
7.2. Plano de Ação de Saúde do Município de Fundão/ES.	
Discussão	<p>Aldo apresentou o Plano de Saúde no Município de Fundão/ES, contextualizando as discussões sobre as ações em saúde para melhorias das condições de vida dos habitantes das áreas atingidas. O Plano traz um levantamento da situação da saúde dos atingidos e o planejamento de ações para promover a qualidade de vida da população impactada pelo desastre.</p> <p>Renato Carvalho informou sobre a alteração da pauta, sendo que o item 7.3 da CT-SAÚDE será tratado após o item 8, que contempla a oportunidade de fala aos atingidos, devido ao grande comparecimento de pessoas atingidas na reunião.</p>
Manifestação	Melina Alencar, reforça que a Fundação Renova está aberta a diálogo.
Deliberação nº 797	Aprovada.

8. Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas	
Discussão	<p>Joecí Lopes Miranda informou sobre os problemas de cancelamento de cadastros e que a Fundação Renova justifica que ocorreram após três tentativas de contato. Solicitou uma revisão no custeio dos membros atingidos nas Câmaras Técnicas. Gabriela Barros alegou suposto impedimento de participação de advogados na Reunião Ordinária da CT-IPCT. Reginaldo Nascimento enfatizou o pedido para o reconhecimento do extremo sul da Bahia. Silvio Soares questionou a falta de informações e transparência sobre a qualidade da água. Miguel Almeida explanou sobre a situação do município de Mucuri/BA e a percepção de redução do volume de peixes devido ao desastre. Joelma Teixeira enfatizou sobre a estrutura da Reunião Ordinária do CIF, sugerindo que deveria ocorrer por mais dias e sugeriu que não seja realizada em Brasília/DF, mas sim nos territórios afetados. Informou também que Governador Valadares/MG é uma das áreas mais atingidas, alegando baixa qualidade da água fornecida à população e mencionando que a adutora construída pela Fundação Renova não está funcionando adequadamente. Sinval Soares mencionou que a água do rio Doce seria imprópria para consumo. Simone Nunes relatou problemas relacionados ao cadastro dos atingidos pela Fundação Renova, mencionando falta de transparência, e solicitou mudanças nos requisitos para inclusão, especialmente para atender melhor às mulheres. Pediu também o custeio do CIF para os atingidos. Edson Pinto informou que a Fundação Renova esteve no território de Dionísio/MG em 2018 para orientar sobre o cadastramento dos atingidos, mas ao finalizar os cadastros, comunicou que a população de Dionísio/MG não teria direito ao benefício por não ser considerada uma área atingida. Jorgernilson Silva mencionou o projeto de piscicultura no município de Mucuri/BA, que era sua fonte de sustento, mas devido à escassez de peixes, enfrenta prejuízos financeiros. Liberina Barbosa informou que os pescadores compareceram à reunião com recursos próprios e doações, questionando a falta de participação nas Reuniões Ordinárias das CTs. Discorreu sobre fatos ocorridos na Reunião Ordinária da CT-EI e reivindicou a participação para representar os atingidos nas CT-OS, CT-EI e CT-PDCS. Samuel Almeida relatou prejuízos na pesca e solicitou reparação pela Fundação Renova. Genilson Barboza agradeceu pela Deliberação nº 767 e questionou sobre a participação dos atingidos das novas áreas reconhecidas nas reuniões das CTs. Jaciel Leite relatou os prejuízos na atividade pesqueira devido à suposta contaminação dos peixes. Augusto Ribeiro mencionou doenças supostamente adquiridas devido ao desastre, como depressão e ansiedade. Jaimir Braz reivindicou a participação de Liberina nas Reuniões Ordinárias das CTs e protestou pelo fato de o GT criado não ter recebido a documentação do Sindipisca. Dezenildo de Souza citou os prejuízos da pesca na região de Piúma/ES.</p>

Item 7 – Câmara Técnica de Saúde (CT-SAÚDE)	
7.3. Apresentação do Boletim do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH).	

Discussão	<p>Alice Matos, membro da CT-SAÚDE, apresentou os dados obtidos pelo GT-Água no Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano. Esclareceu que, diante das manifestações dos atingidos sobre o acesso às informações, está sendo discutida internamente na CT-SAÚDE uma forma de melhorar a comunicação e o diálogo referente aos dados. Informou também que os boletins e relatórios estão disponíveis no site do Ministério da Saúde. Juliana Barroso sugeriu que a Fundação Renova publique em seu site os boletins e relatórios referentes ao monitoramento da qualidade da água. Sérgio Rossi já fez o pedido à Fundação Renova sobre a inclusão desses boletins e relatórios no site e acompanhará a efetivação. Renato Carvalho apontou que a Renova deve cumprir o Encaminhamento E76-10.2.2 registrado na Ata da última reunião do CIF, aprovada hoje. Também lamentou que, apesar da importância do tema relacionado aos interesses e relatos dos atingidos, muitas das centenas de pessoas presentes na reunião já haviam se retirado do local, não acompanhando a apresentação da CT-SAÚDE sobre o assunto.</p> <p>Eneas Filho citou a Deliberação nº 58 e informou que estava presente na reunião da CT-SAÚDE sobre a contaminação detectada nos exames laboratoriais dos atingidos, solicitando que seja realizado um estudo sobre a qualidade da água nas novas áreas capixabas, tais como Guriri, Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Barra Seca, Riacho Doce, e na região de Barreiras/BA. Solicitou também a participação nas reuniões da CT-SAÚDE e CT-SHQA. Joelma Teixeira mencionou suposta contaminação do poço feito pela Renova no município de Pedra Corrida/MG, causando coceira nas pessoas que a usam para banho. Mencionou a necessidade de uma bomba reserva adicional para Maguarí e reclamou da falta de hospital, cobrando também a realização da reunião sobre o encontro da Bacia do Rio Doce, que foi cancelada pelas Instituições de Justiça. Jaqueline Martins agradeceu o apoio da CT-SAÚDE e da CT-SHQA, relatando que a comunidade de Barreto/MG se sente abandonada e solicitou esclarecimentos sobre melhorias no abastecimento de água. Sérgio Rossi esclareceu que os municípios apresentaram as suas demandas à CT-SAÚDE, porém Barretos/MG ainda não fez essa solicitação e informou que a CT-SAÚDE verificará e acompanhará o caso.</p>
------------------	---

Item 9 – Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)	
9.1. Projeto de Implementação e Fortalecimento da Cadeia da Hortifruticultura em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce - Minas Gerais - Ciclo 2	
Discussão	<p>Victor Augusto Prosdoci, membro da CT-EI, apresentou a Nota Técnica CT-EI nº 145/2024, detalhando o projeto de implementação e fortalecimento da cadeia da hortifruticultura em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce em Minas Gerais – Ciclo 2. Informou que o objetivo do projeto é revitalizar o passivo ambiental e promover a inserção produtiva agroecológica nos assentamentos de reforma agrária na Calha do Rio Doce, através de processos formativos que garantam a participação e engajamento das famílias assentadas. O projeto do Ciclo 1 foi concluído com 100% de execução no componente produtivo, com ênfase na organização da cadeia da fruticultura. Informou também sobre a aprovação da deliberação, cujos valores serão aplicados no Projeto Agroecológico dos Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce - Ciclo 02, denominado após ajustes como "Projeto de Implementação e Fortalecimento da Cadeia da Hortifruticultura em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce – Minas Gerais - Ciclo 2", exclusivamente no Estado de Minas Gerais, no âmbito do PG-18.</p>
Deliberação nº 799	Aprovada.
Encaminhamento E77 9.1	Margareth Saraiva solicitou que a CT-EI dialogue com a Fundação Renova sobre o ajuste da proposta do projeto do ciclo 2.

Item 9 – Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)	
9.2. Visita Técnica à Sede do Assentamento Oziel Alves para inauguração da Agroindústria de Hortifruticultura em Governador Valadares	
Discussão	<p>O Secretário Executivo, Renato Carvalho, suspendeu a reunião e informou que os membros do CIF comparecerão ao assentamento para inauguração da Agroindústria de Hortifruticultura em Governador Valadares, conforme previsto neste item de pauta. A Visita Técnica foi registrada no Relatório nº 19760155/2024-CIF/Gabin, documento anexo à Ata.</p>

Por fim, às dezenove horas e vinte minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e quatro, o Secretário Executivo, Renato Carvalho, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinco minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube no link: <https://www.youtube.com/live/MldK079mCU8> e presencialmente na cidade de Governador Valadares/MG, teve início o segundo dia da 77ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. O Secretário Executivo informou a inversão de pauta entre CT-PDCS e CT-BIO.

Item 12 – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS)	
12.1. Notificação pelo descumprimento das Deliberações nº 229/2018 e nº 248/2018.	
Discussão	<p>Cláudia Fardin, coordenadora da CT-PDCS, realizou a apresentação da Nota Técnica nº 34 referente ao PG-35. Explicou o descumprimento das Deliberações nº 229/2018, nº 248/2018 e nº 639/2022, destacando a falta de avaliação da CT-PDCS e aprovação pelo CIF quanto à alteração dos locais inicialmente previstos para implantação dos Centros de Informação Técnica (CITs). Informou sobre a instalação dos CITs em imóveis alugados nos municípios de Mariana/MG, Governador Valadares/MG e Linhares/ES e solicitou que a Fundação Renova apresente ao CIF, em até 30 (trinta) dias, a estratégia e o cronograma para desmobilização desses CITs alugados. Além disso, indicou as ações necessárias para retomar o cumprimento das Deliberações CIF nº 229/2018 e 639/2022. Houve amplo debate sobre a estratégia e o cronograma para desmobilização dos CITs, com duração de aproximadamente duas horas.</p> <p>Valeriana Gomes manifestou preocupação quanto a exclusão de alguns atingidos do auxílio financeiro devido à metodologia de cadastramento adotada pela Fundação Renova. Camila Cortez manifestou sua oposição à construção de um museu na Praça de Governador Valadares e solicitou a comprovação da comunicação e participação da comunidade no processo.</p>
Manifestação	Ana Carolina Maciel, da Fundação Renova, informou que há pontos de convergência com a CT-PDCS e enfatizou sobre as tratativas das Cláusulas 65 e 174 do TTCA. Explicou que não houve a definição do lugar e que a Fundação prosseguiu com o rito previsto na documentação. Sustentou que, segundo entendimento da Renova, não houve descumprimento e a Fundação está aberta ao diálogo.
Deliberação nº 800	Aprovada com ajustes no texto da minuta de deliberação, mantendo o entendimento de descumprimento das deliberações indicadas na NT 34/2024 da CTPDCS.

Item 11 – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)	
11.1. Notificação pelo descumprimento da Deliberação nº 769/2024.	
Discussão	<p>O Cacique Toninho, membro suplente do CIF, representante das pessoas atingidas no ES, fez um breve discurso de agradecimento e comunicou que não comparecerá mais a mesa do CIF nas próximas reuniões ordinárias. Jarbas da Silva, coordenador da CT-IPCT, agradeceu a participação e a atuação do Cacique Toninho como membro atingido na mesa do CIF e também como membro da Câmara Técnica. Apresentou os pontos que indicam o descumprimento do subitem "i", do item 1 da Deliberação nº 769/2024, tendo em vista o não cumprimento dos prazos para a listagem e pagamento das famílias atingidas dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, reconhecidas pela Deliberação nº 58, o que também se aplica às comunidades quilombolas de Vila Santa Efigênia e as do Sapê do Norte, reconhecidas pela Deliberação CIF nº 691/2023. Comunicou o retorno da Fundação Renova por meio de Ofícios enviados a CT, que apontaram as dificuldades de obtenção dos dados completos de todos os atingidos nessas localidades. Houve amplo debate sobre o cumprimento do prazo pela Fundação Renova e a entrega dos dados faltantes, com pedido de aumento do prazo pela Fundação, sendo que os parâmetros comuns para identificação e cadastro de famílias atingidas pelo rompimento da barragem pertencentes a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, bem como seu acesso ao AFE/ASE, já foram definidos. Destacou que o item "i" pontua que, ao ser realizada a entrega da listagem à Fundação Renova pela Comissão de Atingidos, é necessário o cumprimento do prazo de até 45 dias para que a Fundação Renova efetue o cadastro de seus membros e titulares e proceda com o pagamento do AFE/ASE, com previsão de aplicação de multa em caso de descumprimento.</p> <p>Isaías dos Santos informou que a comissão entende que a lista entregue à Fundação Renova apresenta falta de dados, mas que está empenhada em entregar a listagem definitiva com as correções, afirmando que na reunião que ocorrerá em 04/07/2024 com a Fundação Renova, será entregue o documento com os dados completos dos atingidos para efetivação do cadastro. Altiane Blandino dos Santos informou sobre atuação de advogados no território e pediu maior transparência da Fundação Renova sobre o levantamento dos dados para o cadastro.</p> <p>Jadilson Gomes fez um breve agradecimento ao cacique, cuja vaga ocupada por ele no CIF pertencia à comunidade quilombola de Degredo, foi solicitada pelos indígenas de Aracruz e, a partir daí, o cacique passou a exercer a suplência dos representantes dos atingidos. Jadilson informou, ainda, que</p>

	já recebeu a indicação da pessoa que vai substituí-lo. Destacou a importância de ouvir os povos originários, agradeceu, também à mesa, por estar ocupando uma cadeira e por ter a oportunidade de fala quanto atingido.
Manifestação	Luiz Felipe Martins esclareceu que, devido a falta de alguns dados dos atingidos, a Fundação Renova não conseguiu implementar a execução da obrigação de cadastrar e pagar as pessoas atingidas das regiões tratadas, sendo que a CT-IPCT e as comissões dos atingidos foram comunicadas a respeito das pendências. Destacou que a o item b da Deliberação 769/2024 prevê a flexibilização da exigência documental aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais atingidos e, considerando a dificuldade em complementar os dados e os cadastros, solicitaram a extensão do prazo da deliberação.
Deliberação nº 801	Aprovada, com ajustes no texto da minuta proposta.
Encaminhamento E76 – 11.1.1	Jadilson Gomes solicitou que a Fundação Renova crie um fluxo sobre os dados inconsistentes após a realização da análise para o pagamento, entrando em contato imediatamente com as Comissões de Atingidos.
Encaminhamento E76 – 11.1.2	Renato Carvalho sugeriu encaminhamento à CT-OS, que acompanha o PG-21, para ciência a respeito do fluxo e do efetivo pagamento aos atingidos.

Item 11 – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)

11.2. Retorno da Fundação Renova sobre a aprovação do escopo do PG-04.

Discussão	Jarbas Vieira da Silva, coordenador da CT-IPCT, fez apresentação sobre a ausência de retorno da Fundação Renova sobre a aprovação do escopo do PG-04, contextualizando o Programa, enfatizando que foram feitos o envio e todos os esforços para que o documento fosse aprovado ainda no primeiro trimestre de 2024. A minuta do escopo do PG-04 prevê o reconhecimento da condição de atingidos de outros povos e comunidades tradicionais, o qual não se limita aos grupos que já haviam obtido tal reconhecimento do CIF, mencionando que o Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas (PG-03) e o Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG-04), acompanhados pela CT-IPCT, não se enquadram nos termos da Deliberação nº 465/2020, pois, até a presente data, não foram efetivamente apresentados, apreciados e aprovados pelo CIF, o que inviabiliza a aplicação da decisão judicial relativa à Revisão dos Programas do TTAC. Citou que o escopo do PG-04 foi elaborado de modo colaborativo entre membros da CT-IPCT, incluindo as representações dos povos e comunidades tradicionais atingidos, e a equipe técnica do PG-04 da Fundação Renova, de modo que a Fundação deve enviar à CT-IPCT a proposta de escopo revisada pelo Conselho Curador com brevidade, pois já se passou o período de um ano sem o devido e esperado retorno por parte da Renova. Renato Carvalho ressaltou novamente a importância das Reuniões do Conselho Curador não coincidirem com as datas das Reuniões Ordinárias do CIF, previamente agendadas com bastante antecedência. Por fim, Jarbas Vieira da Silva fez esclarecimentos sobre as manifestações relativas aos fatos ocorridos na última reunião da CT-IPCT, as quais foram registradas na reunião do CIF do dia anterior.
Manifestação	Janine Cabral informou que o pedido é legítimo sobre a definição do PG-04, mas que existem outras questões que ocorreram e novas decisões que impactam no entendimento acerca do escopo do Programa. Solicitou aumento do prazo que consta na minuta de Deliberação, sob justificativa de ajustes dos fluxos para a Fundação Renova cumprir a Deliberação. A mesa do CIF acatou a dilação do prazo e deliberou o dia 26/07/2024 como data limite para envio à CT-IPCT da proposta de escopo revisada pelo Conselho Curador.
Deliberação nº 802	Aprovada.

O Secretário Executivo, Renato Carvalho, comunicou à plenária que, pelo adiantado da hora, os itens pautados pela CT-BIO estarão automaticamente previstos no início da Pauta da próxima Reunião Ordinária do CIF, bem como a situação das casas com trincas em Barra Longa/MG, a ser apresentada pela Fundação Renova, que também fará apresentação sobre os Reassentamentos de Bento Gonçalves, Paracatu e Gesteira.

Item 14 – Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas

Fala dos Atingidos

Discussão	Creusa Maria Neves convidou os membros do CIF a irem ao território para ver a situação da população. Conceição de Pádua solicitou um minuto de silêncio para os atingidos da Bacia do Rio Doce e solicitou a inclusão, atenção e reconhecimento às mulheres quanto aos cadastros. Rodolfo Zulske manifestou sobre a calha do Rio Doce aparentemente não apresentar melhorias ambientais e citou a situação da área do impacto. Junia Zulske tratou sobre a pesca, mencionado a aparente queda do estoque pesqueiro nos rios após o desastre informou que não há representante da pesca do Estado de MG na CT-OS. Roberto Luz pediu para a Renova pagar danos morais para os atingidos. Felipe Godoi da Silva afirmou que o território Timóteo/MG está esquecido pela Fundação Renova e pediu análises da água, além do direito de cadastro, solicitando um levantamento sobre os cadastros e que a Fundação Renova visite a região atingida. Silvana Gonçalves comunicou que o município de Tumiritinga/MG teve queda no comércio e a Fundação Renova não o reconheceu como atingido no âmbito do turismo. Informou que a Fundação Renova fez obra na praiinha da cidade, mas apontou que não tem funcionalidade, questionando quando irão reconhecer o dano ao turismo no território. Betina solicitou a revisão dos programas e pediu que o município seja contemplado com a ação. Gredinei Gusmão questionou sobre os seus os direitos. Rômulo Bonnes solicitou a Ouvidoria compareça em Barra Longa/MG para realizar uma revisão cadastral aos atingidos e aos dependentes. Também solicitou o reconhecimento do dano da água em Barra Longa, mas que, segundo ele, a Copasa se nega a confirmar. Jaqueline Martins informou sobre o protocolo desse pedido de reconhecimento do dano da água em Barra Longa. Renato Carvalho informou que a partir de segunda-feira, 1º de julho de 2024, será deflagrada a greve nacional dos servidores do IBAMA e do ICMBio, agradecendo ao Josemar Ramos, coordenador da CT-FLOR e Chefe da Unidade Técnica do IBAMA em Governador Valadares/MG, que esteve presente durante os dois de reunião e compareceu à visita técnica.
------------------	---

Por fim, às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, Renato Carvalho, Secretário Executivo do CIF, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos, inclusive dos participantes que compareceram de forma online.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO AUGUSTO DOMINGUES, Presidente do Comitê Interfederativo Suplente**, em 16/07/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THAYNARA BANDEIRA CHAGAS, Secretário-Executivo do Comitê Interfederativo Substituto**, em 16/07/2024, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **19866251** e o código CRC **07E8F974**.